

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL OICVM AÇÕES

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações



RELATÓRIO E CONTAS

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE
2026

ÍNDICE

1 Relatório de Gestão	3
1.1 Enquadramento geral da atividade (1º semestre 2026)	4
1.2 Principais características do fundo	18
1.3 Evolução do fundo	19
2 Balanço e Demonstrações Financeiras.....	23
2.1 Balanço a 30 de junho de 2026.....	24
2.2 Demonstração de Resultados referente ao período findo em 30 de junho de 2026.....	26
2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa – referente ao período findo em 30 de junho de 2026	27
3 Divulgações	28
3.1 Anexos às demonstrações financeiras	29
4 Certificação das Contas	43

1 Relatório de Gestão

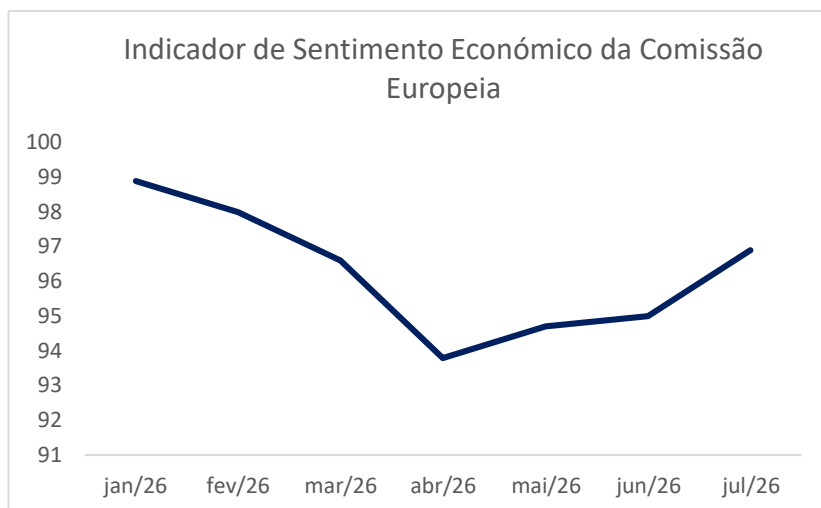
1.1 Enquadramento geral da atividade (1º semestre 2026)

Sentimento Económico

A história do primeiro semestre é a de um mínimo na primavera, seguido de uma melhoria real, mas estreita e desigual, que exige leitura cuidadosa. Na Zona Euro, o Indicador de Sentimento Económico da Comissão Europeia atingiu, em abril, o valor mais baixo dos últimos cinco anos e, a partir daí, subiu por dois meses consecutivos, alcançando 95,0 em junho (um ganho mensal de 130 pontos-base). É um nível que continua, ainda assim, abaixo da média dos últimos doze meses (96,2) e ligeiramente abaixo do registado há um ano. A direção melhorou, mas o patamar permanece deprimido. A recuperação ganhou tração já depois do fecho do semestre. Em julho, o indicador da Zona Euro avançou para 96,9, o nível mais alto desde fevereiro, o que reforça a leitura de que o segundo semestre parte de uma base menos frágil do que aquela em que a economia mergulhou na primavera. A composição do ganho importa mais do que o ganho em si. Praticamente toda a subida veio da Confiança dos Consumidores e dos Serviços, que avançaram 130 e 60 pontos-base, respetivamente, enquanto a confiança na Indústria continuou parada em terreno fraco. Esta é a assinatura de uma recuperação que assenta na procura interna e nos serviços e não no motor industrial, um padrão que se repetiu com poucas variações ao longo do semestre e que ajuda a explicar por que a melhoria do sentimento não se traduziu, até agora, numa aceleração mais convincente da atividade transformadora.

Portugal atravessou o semestre numa posição mais confortável do que a média europeia, mantendo-se acima de 100 pontos praticamente durante todo o período. O indicador nacional começou o ano em 103,4 em janeiro e subiu para 104,3 em fevereiro, resistindo ao mau tempo que penalizou a atividade no primeiro trimestre, e fechou junho em 103. Em qualquer momento do semestre, portanto, o sentimento em Portugal permaneceu bem acima do nível deprimido da Zona Euro, o que confirma o país no lado mais favorável da comparação europeia. A verdadeira história, porém, está nas componentes de junho. A confiança dos consumidores aumentou 430 pontos-base, o movimento mais forte do mês, enquanto os serviços e a indústria praticamente não se mexeram. É um contributo notável, mas também concentrado, pois a componente que puxou o índice é, historicamente, a mais volátil de todas, o que aconselha a não extrapolar demasiado com base num único salto mensal.

Nada disto altera muito o quadro de fundo com que se sai do semestre. A indústria continua a ser o elo fraco em ambos os lados da fronteira e a Confiança dos Consumidores, a mais errática das componentes, está a fazer a maior parte do trabalho. O que parece estar a acontecer é que o efeito do conflito no Médio Oriente poderá estar a desvanecer-se aos poucos, o que seria uma boa notícia no contexto de uma recuperação desequilibrada. Um dólar mais forte poderá eventualmente jogar a favor da indústria, e é essa a variável a acompanhar com mais atenção no segundo semestre. Enquanto a melhoria não se alargar para lá da procura, o sentimento continuará a descrever uma retoma real, mas frágil e mais dependente do humor das famílias do que de uma base industrial sólida.



Fonte - European Commission Services

Consumo Privado e Vendas a Retalho

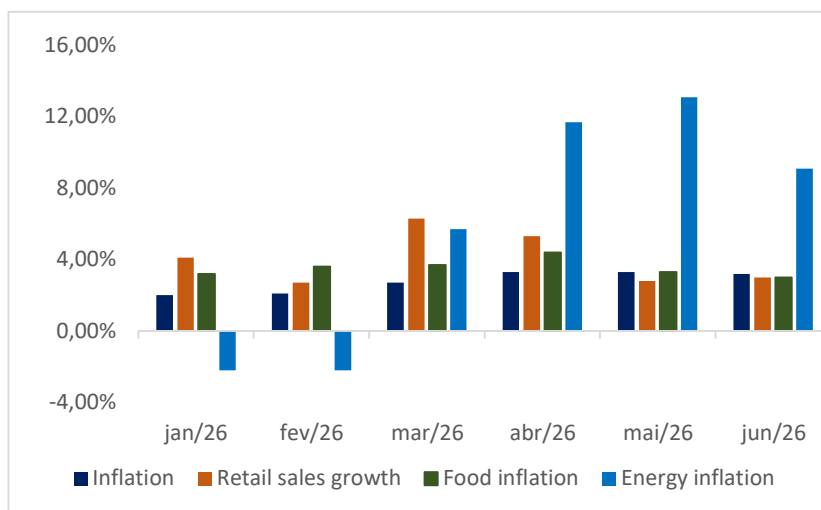
O consumo entrou no segundo semestre em desaceleração ordenada e é importante ler esse abrandamento pelo que é. Em maio, as vendas a retalho cresceram 4,7% em volume, em termos homólogos, ficando abaixo das médias de doze e de três meses, ambas de 5,7%. Um crescimento abaixo das duas médias móveis é, por definição, um sinal de perda de fôlego e o facto de as médias de curto e de longo prazo coincidirem sugere que a moderação é recente e ainda incipiente (não a cauda de uma tendência já instalada). O segmento não alimentar subiu 6,7%, igualmente abaixo da sua tendência, enquanto o alimentar cresceu uns mais modestos 2,4%, recuperando, ainda assim, da fraqueza sentida em abril e associada ao efeito do calendário da Páscoa.

A distinção entre volume e valor é, aqui, essencial. As vendas alimentares nominais cresceram 6,3% em termos homólogos, um número bastante superior aos 2,4% de volume, diferença essa que é toda inflação. Ou seja, as famílias estão a pagar sensivelmente mais pelo mesmo cabaz alimentar e o crescimento real dos volumes arrefeceu precisamente enquanto a inflação alimentar se manteve acesa. É a combinação clássica que corrói o poder de compra sem que isso seja imediatamente visível nas receitas nominais do retalho.

Olhando para dentro do cabaz não alimentar, o quadro melhora consideravelmente e revela onde está a força do consumo. A rubrica de “Vestuário, Calçado e Têxteis” subiu 11,3% em termos nominais, os “Bens para o Lar” aumentaram 10,7% e o “retalho por Correio e Internet” disparou uns impressionantes 14,8%, bem acima da sua própria média móvel. Os dados de vendas online de Espanha, divulgados no mesmo dia, cresceram 11,0%, reforçando a ideia de que o comércio eletrónico continua a bater o resto do cabaz de consumo em toda a Península Ibérica. Esta é uma dinâmica estrutural, não conjuntural, e é a mesma corrente que sustenta os volumes de encomendas dos CTT e que molda a estratégia dos operadores de retalho cotados.

No conjunto do semestre, um crescimento abaixo das médias móveis é um sinal razoável de moderação, mas seria um erro interpretá-lo como uma fraqueza. A atividade de retalho continua a expandir-se a um ritmo entre 5 e 10% e fá-lo num ambiente de petróleo mais caro e de condições de financiamento um pouco mais apertadas, ou seja, contra ventos que normalmente travariam

o consumo. A grande questão para o segundo semestre é saber se as famílias conseguem continuar a absorver níveis elevados de inflação alimentar sem que os volumes acabem por ceder, sobretudo se os custos da energia se mantiverem elevados. Este é também o ponto de contacto com o mercado de trabalho, pois enquanto o emprego e o rendimento aguentarem, o consumo tem margem para resistir. Se ambos cederem, a inflação alimentar deixa de ser um incómodo e passa a ser um travão.



Fonte -Trading Economics

Mercado de Trabalho

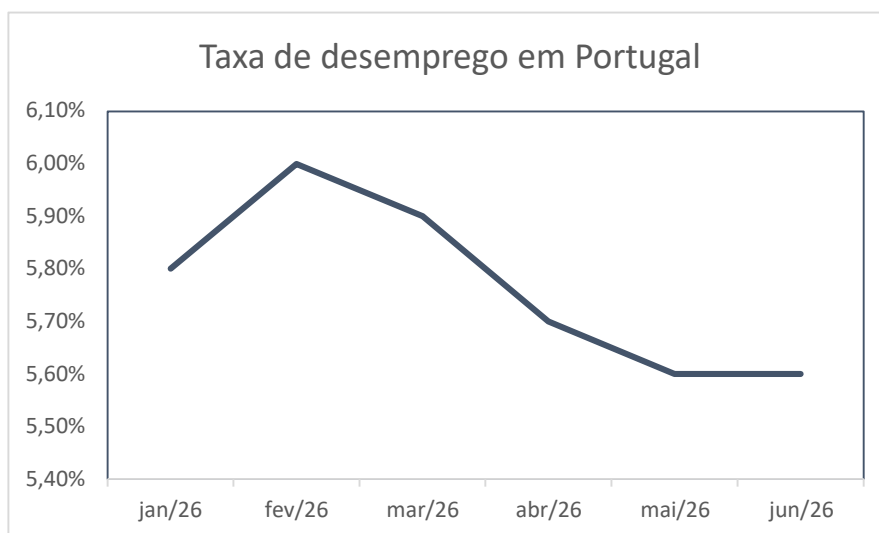
Se há uma âncora que explica a resiliência do consumo ao longo do semestre é o mercado de trabalho, e maio foi um mês particularmente forte. A taxa de desemprego caiu 15 pontos-base para 5,54%, confortavelmente abaixo tanto da média de 12 meses (5,83%) quanto da média de 3 meses (5,70%). O facto de o valor mais recente estar abaixo das duas médias indica que a melhoria não é um acidente pontual, mas sim o prolongamento de uma tendência que foi-se reforçando à medida que o semestre avançou. A taxa de subutilização do fator trabalho, que capta uma noção mais ampla de folga laboral (incluindo o subemprego e os trabalhadores disponíveis, mas não ativos), desceu 0,28 pontos percentuais para 9,39%, o que confirma que o aperto do mercado é genuíno e não apenas um artefacto da definição estrita de desemprego.

A mecânica por detrás da melhoria é clara e vale a pena decompô-la, pois é a decomposição que revela a sustentabilidade do movimento. O emprego cresceu 2,80% em termos homólogos, um pouco abaixo da média de doze meses, mas ainda assim confortavelmente acima dos 2,10% de crescimento da população ativa. É esse diferencial (o emprego a crescer mais depressa do que a oferta de trabalho) que está a puxar o desemprego para baixo e é um mecanismo mais saudável do que uma descida do desemprego causada por pessoas a desistirem de procurar. A população empregada atingiu um recorde de 5,37 milhões de pessoas, o valor mais alto desde o início da série estatística, em fevereiro de 1998, enquanto a população inativa continuou a encolher, com uma queda homóloga de 276 pontos-base.

Há, porém, uma leitura menos benigna do mesmo dado. Uma explicação plausível para a população ativa crescer mais devagar do que o emprego é a nova política migratória portuguesa,

que pode estar a limitar a bolsa de trabalhadores disponíveis mesmo com a criação de emprego a bom ritmo. Se assim for, parte da descida do desemprego reflete uma oferta de trabalho mais contida e não apenas uma procura pujante, o que, num horizonte mais longo, levanta a questão de saber se a economia terá braços suficientes para sustentar o crescimento sem pressões salariais adicionais. Essa tensão liga-se diretamente aos custos unitários do trabalho analisados mais à frente.

Para o segundo semestre e mantendo-se a economia no andamento atual, esta dinâmica aponta para que o desemprego continue a descer ou, no mínimo, se estabilize em níveis baixos. É um pano de fundo favorável ao rendimento das famílias e, por extensão, ao consumo, o que ajuda a explicar por que a moderação das vendas a retalho não deve ser confundida com fragilidade. A variável a vigiar é a interação entre a restrição de oferta de mão de obra e o ritmo de criação de emprego. Um mercado demasiado apertado é, paradoxalmente, tão problemático para a inflação quanto tranquilizador para as famílias.



Fonte - Trading Economics

Setor Bancário

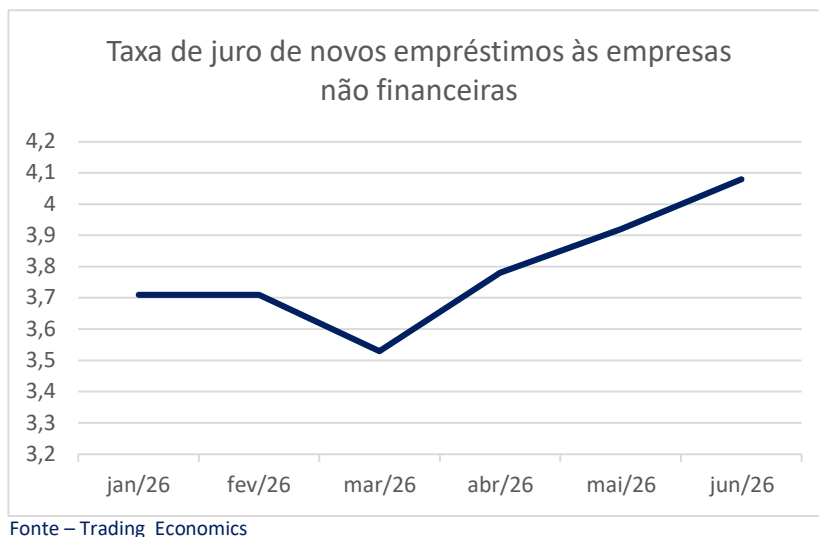
O setor bancário passou o semestre a fazer o que tem feito durante boa parte do último ano: proteger a margem financeira, sobretudo por meio do encarecimento do crédito às empresas. Em maio, a taxa média dos novos empréstimos a empresas subiu 14 pontos-base para 3,92%, acima da média de doze meses de 3,68%, enquanto a taxa do stock avançou 6 pontos-base para 3,90%. O padrão é significativo, já que a nova produção está a ser contratada acima da média do último ano e do próprio stock, o que indica que o custo médio da carteira de crédito a empresas ainda tem espaço para subir à medida que os empréstimos antigos, mais baratos, vão sendo substituídos por novos, mais caros. Está em curso o repricing, o que joga a favor da margem.

Do lado dos particulares, o quadro é mais estável. As taxas dos novos créditos à habitação mantiveram-se em 2,89%, com o stock em 3,11%, e o crédito ao consumo atingiu 7,16% na nova produção. Do lado do passivo, as taxas dos depósitos também subiram, mas mais devagar, com os depósitos a prazo de empresas em 1,88% e os das famílias em 1,48%. É essa assimetria que deixa a margem em torno de 2,30% na nova produção e de 2,78% no stock. A leitura de fundo é

que a margem financeira dos bancos continua bem defendida, com o custo dos recursos a subir de forma contida enquanto o rendimento dos ativos avança.

O crescimento do crédito manteve-se globalmente saudável ao longo do semestre, o que é notável num ambiente de taxas mais altas. O total de empréstimos expandiu-se 7,95% em termos homólogos, acima da média de doze meses (6,61%), com a habitação em claro destaque, a crescer 10,4%, também acima da tendência, num sinal claro de que a procura de crédito à habitação continua firme apesar do custo. O crédito ao consumo cresceu 8,2%, um pouco abaixo da média de três meses, enquanto o crédito às empresas abrandou para 4,3%, abaixo da tendência recente e possivelmente o único ponto verdadeiramente fraco num conjunto de números firme. Os depósitos cresceram 6,60%, mantendo o rácio de transformação globalmente estável em torno de 0,82, um nível que deixa os bancos com liquidez confortável e sem necessidade de competir agressivamente por depósitos, o que, por sua vez, reforça a própria margem.

A qualidade dos ativos continua a ser fonte de conforto e não de preocupação, com os rácios de crédito vencido de empresas, habitação e consumo perto de mínimos históricos. A combinação de margens a alargar no crédito a empresas, procura resiliente de crédito à habitação e risco de crédito contido sugere que o setor está a gerir bem a rentabilidade à saída do semestre. O ponto de atenção para os próximos meses é o abrandamento do crédito às empresas. Se os custos de financiamento dos negócios continuarem a subir, o repricing que hoje protege a margem pode começar a travar a procura e aquilo que é uma vantagem de rentabilidade no curto prazo poderá transformar-se num sinal de arrefecimento do investimento empresarial. É um equilíbrio que merece vigilância.



Finanças Públicas

As contas públicas são, provavelmente, a área em que o semestre deixa mais motivos de reflexão, porque confirmam uma inversão de padrão que se foi tornando mais nítida, mês após mês. Os dados de maio confirmaram a subida gradual da dívida que tem marcado o ano. A dívida bruta, na ótica de Maastricht, atingiu 288,6 mil milhões de euros, ou 91,9% do PIB numa base de doze meses (um valor abaixo da média anual de 93,2%, mas ainda bem acima da meta de 87,5% fixada para o final de 2026). A distância até à meta é, portanto, considerável e o segundo semestre terá

de fazer o grosso do trabalho para lá chegar. A dívida líquida de depósitos públicos subiu para 263,8 mil milhões, o que representa 84,0% do PIB, mais 2,0 mil milhões desde o início do ano. O facto de a medida líquida se ter comportado pior do que a bruta em maio indica que os depósitos públicos foram consumidos mais depressa do que a própria dívida aumentou, um pormenor técnico que sinaliza uma almofada de tesouraria a ser mobilizada.

É na execução orçamental, contudo, que está a verdadeira história do semestre e os dados de fecho de junho da Direção-Geral do Orçamento permitem agora encerrá-la com números definitivos do período. O saldo das Administrações Públicas foi um défice de 212,6 milhões de euros no acumulado até junho, uma melhoria expressiva face ao défice de 1,76 mil milhões registado até maio, que reflete sobretudo a forte coleta de receita típica do mês de junho. Ainda assim tivemos uma deterioração de 2.230,4 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior, quando as contas apresentavam excedente. É esta a leitura que importa reter. Em termos homólogos, o país passou de excedente a défice. Expurgado o efeito dos pagamentos extraordinários de 1.367,5 milhões de euros para regularização de dívidas do Serviço Nacional de Saúde, o saldo teria sido, aliás, positivo em 1.154,9 milhões, o que localiza boa parte da deterioração num fator identificável e, em princípio, não recorrente.

Olhando para as duas pernas do saldo, ambas apontam no mesmo sentido. A receita total cresceu 7% no acumulado, mais 4.096 milhões de euros, uma aceleração face aos 4,4% observados até maio, mas ainda aquém da meta de 8,6% inscrita pelo Governo. Dentro da receita, o padrão é revelador. A receita não fiscal e não contributiva disparou 19,3% e as contribuições avançaram 6,8%, ao passo que a receita fiscal cresceu uns mais modestos 3,2%. O travão fiscal veio, mais uma vez, dos impostos diretos e de forma mais vincada do que a meio do semestre. O IRC recuou 16,7%, menos 643,6 milhões de euros, aprofundando a queda de 9,3% já observada até maio e arrastou o total dos impostos diretos para terreno negativo (-0,2%), apesar de o IRS ter subido 3,1%. A sustentação da receita ficou a cargo dos impostos indiretos, com o IVA a crescer 7,9%, num sinal de que é o consumo e não o lucro das empresas que está a segurar os cofres do Estado. A quebra persistente do IRC é o dado mais digno de nota, por ser um imposto sensível ao ciclo dos lucros e, como tal, um possível indício precoce de arrefecimento da rentabilidade empresarial.

Do lado da despesa, o crescimento acumulado foi de 11,3%, mais 6.326,4 milhões de euros, mas grande parte deste avanço é atribuível a fatores extraordinários. Expurgada dos efeitos do SNS e do Plano de Recuperação e Resiliência, a despesa modera para 7,6%. O salto mais expressivo veio das aquisições de bens e serviços, que subiram 23,9% (mais 1.818,2 milhões), com quase todo o incremento ligado aos 1.340,6 milhões de pagamentos de dívidas vencidas do Serviço Nacional de Saúde. Retirando o efeito extraordinário, a despesa cresce a um ritmo próximo ao da receita, o que ajuda a enquadrar a deterioração do saldo mais como um problema de composição e de calendário do que como uma derrapagem descontrolada.

O que salta à vista é o quanto isto inverte o padrão dos últimos anos, em que a receita costumava superar o orçamento enquanto a despesa de capital e de bens e serviços ficava aquém. Este ano é ao contrário. A receita, sobretudo de IRC, está a falhar, enquanto a despesa ligada ao SNS e ao investimento está a correr acima do previsto. Somando a isto o crescimento estrutural das remunerações e das transferências, a trajetória orçamental até ao final do ano torna-se a questão central desta secção. A meta de receita de 8,6% parece hoje ambiciosa à luz do que o semestre

entregou, mas o facto de a deterioração se concentrar em pagamentos pontuais ao SNS e de o saldo subjacente permanecer positivo dá algum conforto. O segundo semestre dirá se estamos perante um desvio de calendário e de composição ou perante uma derrapagem mais estrutural.

Setor Externo e Contas Nacionais

As contas nacionais do primeiro trimestre de 2026 fornecem a fotografia mais completa do equilíbrio da economia à entrada do semestre e confirmam uma economia que continua a financiar-se a si própria, ainda que com menos folga. A capacidade de financiamento da economia portuguesa desceu para 2,2% do PIB no primeiro trimestre, contra 2,5% no trimestre anterior e 2,4% um ano antes. Importa, contudo, olhar para dentro do agregado, pois a deterioração não foi generalizada. Veio quase toda das Administrações Públicas, cujo saldo baixou de 0,7% para 0,5% do PIB, coerente com a execução orçamental analisada acima, e das sociedades não financeiras, cuja necessidade de financiamento se alargou de 3,6% para 3,8%. As famílias e as sociedades financeiras, pelo contrário, mantiveram-se estáveis em 4,1% e 1,4%, respetivamente. O enfraquecimento agregado reflete, assim, o comportamento do setor público e do setor empresarial e não o das famílias, que continuam a ser a grande fonte de poupança da economia.

O crescimento do rendimento continuou sólido, ainda que moderasse ligeiramente à saída do trimestre. O Rendimento Nacional Bruto e o Rendimento Disponível Bruto subiram 1,6% e 1,5% em cadeia, um pouco menos do que os 1,6% e 1,7% do quarto trimestre de 2025, embora os crescimentos homólogos de 6,5% e 6,3% continuem a ser fortes por qualquer padrão. Esta distinção entre a leitura em cadeia, que sugere abrandamento na margem, e a leitura homóloga, que permanece robusta, é importante. A economia perde velocidade sem perder altitude. O rendimento disponível das famílias subiu 1,4%, apoiado num aumento idêntico de 1,4% das remunerações dos trabalhadores e num crescimento de 1,2% do Valor Acrescentado Bruto. A taxa de poupança manteve-se em 12,3% e o consumo cresceu 1,3%, um pouco menos do que o rendimento disponível, ou seja, as famílias continuam a poupar e não a gastar o euro marginal de crescimento do rendimento. É um comportamento prudente, que sustenta a capacidade de financiamento da economia, mas que também limita o contributo do consumo para o crescimento.

O investimento empresarial, por sua vez, continua a crescer mais do que a produção, o que ajuda a explicar por que a necessidade de financiamento das sociedades não financeiras se alargou. A taxa de investimento das sociedades não financeiras subiu 0,5 pontos percentuais para 26,1%, com a formação de capital a crescer 3,5%, enquanto o valor acrescentado cresceu apenas 1,7%. Empresas que investem mais do que o necessário para que a sua atividade cresça estão, por definição, a recorrer a financiamento externo e é essa a origem do alargamento da sua necessidade de financiamento. Em si mesmo, é um sinal de confiança no futuro, mas, num ambiente de crédito a empresas mais caro, é também uma exposição a vigiar.

Por fim, os custos unitários do trabalho subiram 5,1% em termos homólogos, um ligeiro alívio face aos 5,3% do trimestre anterior, com a subida de 4,5% das remunerações apenas parcialmente compensada por uma queda de 0,5% da produtividade. Esta é uma combinação que continua a merecer atenção: os custos por unidade produzida estão a crescer porque os salários sobem mais depressa do que a produção por trabalhador. Enquanto a produtividade não acompanhar, a

competitividade-custo da economia vai-se erodindo na margem e a pressão salarial associada a um mercado de trabalho apertado corre o risco de manter esta dinâmica viva no segundo semestre. É, a par da trajetória orçamental, o principal ponto de vigilância macroeconómica com que se sai do primeiro semestre.

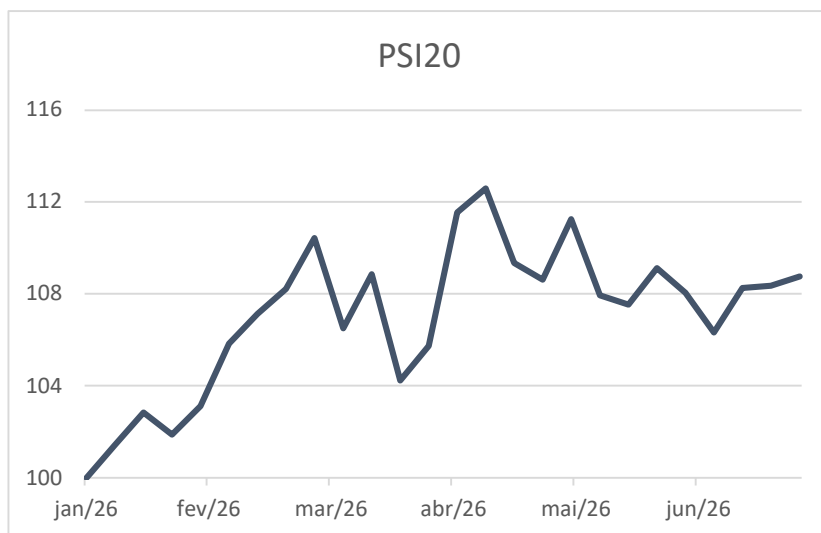
Contexto do Mercado Acionista

O PSI fez um primeiro semestre forte, valorizando-se um pouco mais de 14% desde o início do ano, para 9249,11 pontos, embora ainda esteja bastante abaixo do máximo histórico de 13384,90 pontos registado em 29 de junho de 2007. É um desempenho que se destaca e que recompensou quem esteve investido, mas que convém enquadrar. O índice recupera de patamares que ainda ficam muito aquém dos picos de há quase duas décadas e boa parte do movimento traduz uma normalização de perceções mais do que uma euforia. Esta subida foi sustentada por três fatores que se reforçaram mutuamente ao longo do semestre: resultados operacionais sólidos, uma melhor perceção dos investidores sobre várias empresas cotadas e revisões positivas das expectativas.

Depois de um movimento desta magnitude, contudo, suspeitamos que o segundo semestre será mais seletivo. Quando um índice sobe 14% em seis meses, impulsionado, em boa parte, por uma reavaliação generalizada, o mais provável é que a fase seguinte dependa cada vez mais da execução de cada empresa e cada vez menos de uma maré que levante todos os barcos. Por outras palavras, a parte fácil do movimento, a compressão do desconto a que o mercado português negociava, pode já ter acontecido e o que resta terá de ser conquistado resultado a resultado.

Neste enquadramento, as nossas preferências não mudam. Preferimos empresas capazes de defender as respetivas margens, gerar caixa e ganhar quota de mercado, precisamente os atributos que mais contam quando a expansão de múltiplos deixa de fazer o trabalho. A Sonae continua a ser um bom exemplo deste perfil, com a Sonae MC a apresentar um forte crescimento comparável e a continuar a ganhar quota de mercado no retalho alimentar português, apesar de um ambiente competitivo exigente. A NOS também teve um desempenho forte, apoiada numa geração de caixa resiliente e numa disciplina de custos contínua, com o mercado a reconhecer cada vez mais os benefícios das suas medidas de eficiência.

Nem todos os cantos do mercado, porém, estão a aproveitar a boleia e é essa dispersão que justifica uma leitura mais seletiva. A Jerónimo Martins continua pressionada pelo ambiente deflacionista no retalho alimentar polaco, o que pesa sobre o crescimento das vendas e das margens da Biedronka. Os CTT, por seu lado, tiveram um arranque de ano misto, com crescimento sólido das receitas, mas com rentabilidade e geração de caixa mais fracas, deixando o controlo de custos e a normalização do fundo de maneio como áreas a vigiar nos próximos trimestres. No conjunto e embora a forte subida do PSI limite o espaço para ganhos indiscriminados, mantemo-nos construtivos em relação ao mercado. A próxima fase deverá ser menos sobre expansão de múltiplos e mais sobre a moeda forte da entrega de resultados, da resiliência das margens e da geração de caixa. Neste ambiente, a seleção de títulos contará mais do que nunca, e as melhores oportunidades virão provavelmente das empresas que continuarem a executar bem num contexto de avaliações mais exigentes.

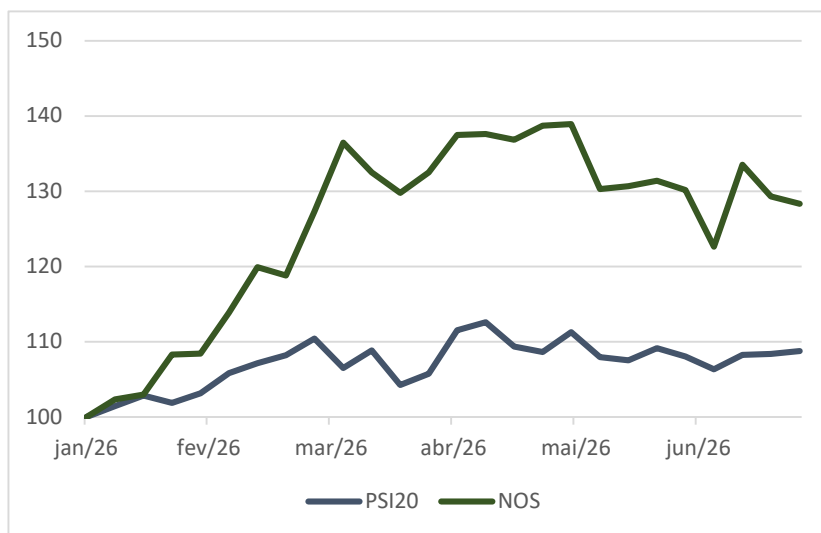


Fonte: Bloomberg

NOS

A NOS passou o primeiro semestre a fazer aquilo que faz melhor: executar sem alarido e superar as expectativas no capítulo dos custos. O crescimento das receitas continuou condicionado por um mercado de telecomunicações altamente competitivo e seria irrealista esperar outra coisa num setor em que a concorrência de preços é intensa. Porém, as iniciativas de eficiência da empresa continuaram a dar frutos e é aí que a NOS tem batido consistentemente o que o mercado antecipava. Quando a este perfil somamos fluxos de caixa resilientes, o resultado é uma maior confiança na sustentabilidade da remuneração acionista, um ponto central para uma parte relevante da base de investidores do título.

O sentimento recebeu um impulso adicional durante o semestre, quando a Morgan Stanley subiu a recomendação para Overweight, com o argumento de que a pressão competitiva da Digi poderá revelar-se menos disruptiva do que se temia inicialmente. Este é um ponto importante, porque grande parte do desconto a que a NOS negociou no passado recente assentava justamente no receio de que a entrada de um concorrente agressivo destruísse valor no mercado. Se essa ameaça se revelar mais gerível do que o consenso prevê, há espaço para uma reavaliação. Apesar do forte desempenho da ação desde o início do ano, acreditamos que o mercado pode estar ainda a subestimar os benefícios de médio prazo da estratégia de otimização de custos da NOS. O risco a acompanhar é o simétrico deste argumento. Caso a concorrência da Digi se intensifique mais do que o esperado, a mesma pressão de receitas que hoje é gerível pode tornar-se um travão mais visível.



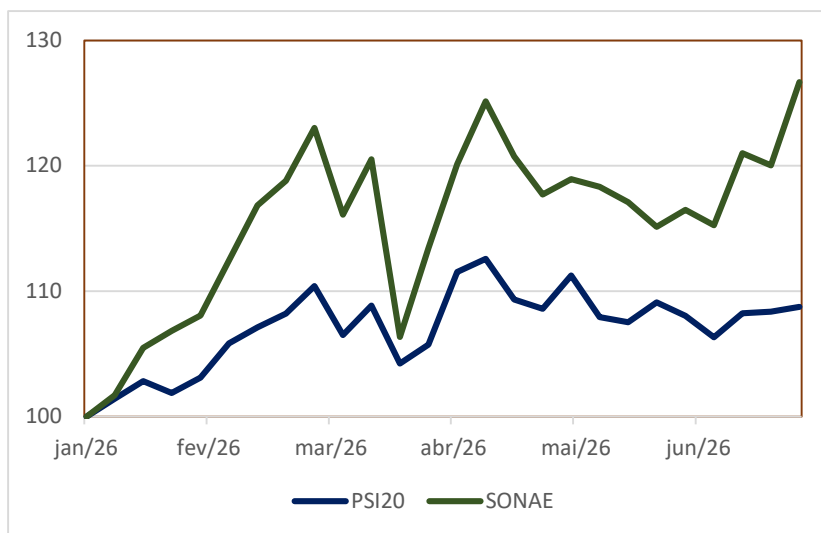
Fonte: Bloomberg

Sonae

O forte primeiro semestre da Sonae foi, acima de tudo, uma história da Sonae MC. O negócio apresentou um crescimento comparável de 7,5% no primeiro trimestre, bem acima do esperado no início do ano e tanto mais impressionante quanto a base de comparação era exigente. Crescer a este ritmo sobre um período já de si forte é bem mais difícil do que fazê-lo sobre uma base fraca. As pressões de custos decorrentes da inflação e do contexto geopolítico revelaram-se menos duras do que se temia, o que deu à empresa maior confiança na capacidade de proteger as margens brutas. Num setor em que as margens são estruturalmente estreitas, esta confiança na defesa da rentabilidade é um ativo em si mesmo.

Os ganhos de quota no retalho alimentar português também continuaram, o que não é pouco num terreno marcado pela expansão da Mercadona nas zonas urbanas. Ganhar quota enquanto um concorrente de grande escala e reconhecida eficiência operacional se expande, é a prova mais concreta de que a proposta de valor da Sonae MC está a resistir bem à pressão competitiva. A Worten acrescentou a sua própria nota positiva. Depois de entrar no ano com uma equipa de gestão renovada e uma estratégia refrescada, apresentou resultados sólidos no primeiro trimestre, refletindo a recuperação face a um 2025 mais dececionante e sugerindo que a reviravolta operacional está a ganhar tração.

Olhando em frente, a Sonae continua a ser um dos nomes onde ainda vemos espaço para mais valorização. O bom comportamento da ação já reflete parte desta melhoria operacional e seria imprudente ignorá-lo, mas vemos margem para a empresa continuar a surpreender pela positiva, apoiada num crescimento resiliente das receitas, em novos ganhos de quota e numa execução disciplinada nos seus negócios centrais de retalho. É exatamente o tipo de perfil que privilegiamos para uma segunda metade do ano em que a seleção contará mais do que a maré.



Fonte: Bloomberg

Jerónimo Martins

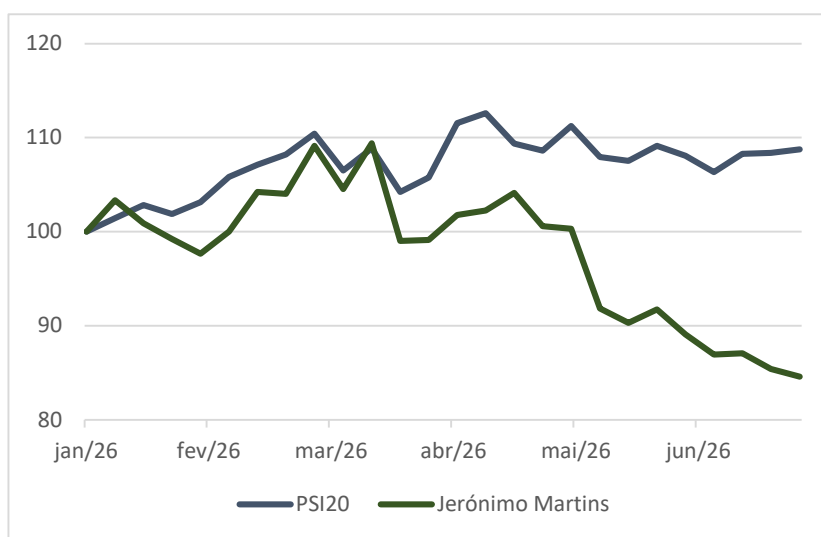
A Jerónimo Martins teve um primeiro semestre mais difícil e a razão está claramente na Polónia. A Biedronka continua a braços com um cenário deflacionista no retalho alimentar, que tem pesado sobre o crescimento das receitas e deixado pouca visibilidade quanto à recuperação das margens. Os dados macro dão pouco conforto e confirmam que não se trata de uma dificuldade específica da empresa, mas do ambiente em que opera. Em junho, os preços dos alimentos e bebidas não alcoólicas na Polónia caíram 0,3% em termos homólogos e as vendas a retalho alimentares de maio continuaram pressionadas, tanto em volume como em termos nominais. Tudo isto bate certo com os comentários da própria empresa sobre um ambiente de negócio mais difícil, com cabazes de preços mais baixos ainda não suficientemente compensados por volumes mais fortes.

Para um grupo em que a Biedronka pesa tanto, este pano de fundo importa de forma desproporcional. Com a inflação alimentar em terreno negativo e o consumo sob pressão, entregar um crescimento comparável relevante na Polónia é uma tarefa de subir a encosta. Mesmo com o controlo de custos a aguentar-se razoavelmente, a falta de dinamismo nas receitas limita o alcance de uma recuperação operacional mais visível no curto prazo, porque num retalhista é o crescimento das vendas que faz a alavancagem operacional trabalhar e sem ele a melhoria de margens torna-se muito mais lenta. O mercado tornou-se compreensivelmente mais cauteloso com esta ação e a questão central é saber se a fraqueza atual é passageira ou algo que demora mais tempo a normalizar.

Dito isto, vale a pena separar a pressão de curto prazo da posição estrutural do grupo, sob pena de se confundir um problema de ciclo com um problema de qualidade. A Jerónimo Martins continua a ser um operador de grande qualidade, com posições de mercado fortes, escala significativa e um longo historial de execução. A fraqueza atual parece mais uma função do ciclo deflacionista no retalho alimentar polaco do que de qualquer deterioração do posicionamento competitivo. Historicamente, estes períodos de deflação alimentar têm sido relativamente raros e, quando as condições de preços normalizarem, a Biedronka deverá estar em melhor posição

para recuperar parte do seu dinamismo de resultados. O erro seria extrapolar o ambiente atual para o futuro como se fosse permanente.

Olhando em frente, vemos, ainda assim, a Jerónimo Martins numa posição mais complexa, em grande medida por causa desse mesmo ambiente deflacionista, que continua a pressionar o crescimento das vendas e as margens da Biedronka. Há, contudo, fatores de compensação a considerar. A expansão em curso na Colômbia, através da Ara, pode compensar parcialmente este efeito ao nível do grupo, sobretudo se o negócio continuar a ganhar escala e a melhorar o seu contributo. Portugal também contará, pois, os ganhos de quota continuados da Sonae MC no mercado doméstico são um lembrete de que executar bem deixou de ser opcional num retalho alimentar cada vez mais competitivo e a Jerónimo Martins terá de o fazer também no seu mercado de origem para sustentar o grupo enquanto a Polónia não normaliza.



Fonte: Bloomberg

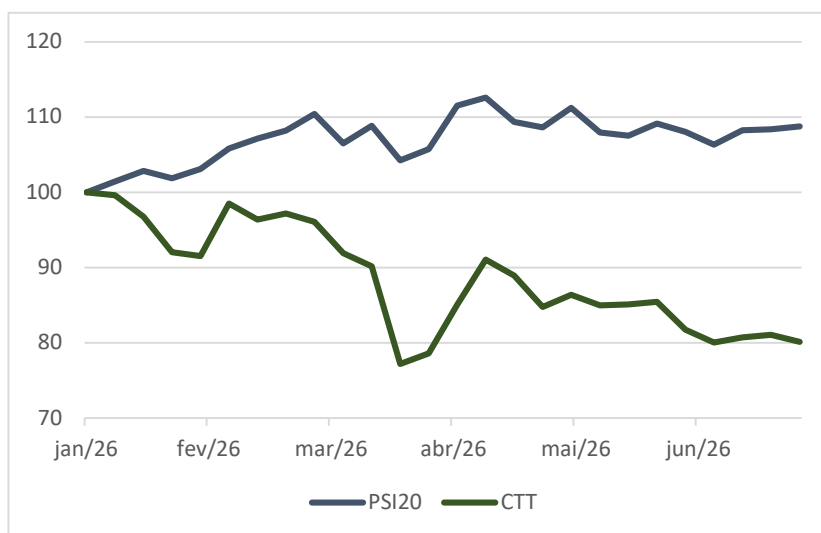
CTT

O arranque de ano dos CTT foi um estudo de contrastes, com crescimento sólido das receitas de um lado, rentabilidade e geração de caixa mais fracas do outro. As receitas do primeiro trimestre aumentaram 14,1% em termos homólogos, impulsionadas sobretudo pelo segmento de e-Commerce Solutions, que beneficiou do contributo da Cacesa e do crescimento continuado dos volumes (a mesma corrente estrutural de comércio eletrónico que atravessa os dados de consumo). O problema está abaixo da linha de topo. Custos operacionais mais altos, em particular no e-Commerce Solutions, onde despesas adicionais ligadas à qualidade de serviço e ao arrastamento da época alta anterior pesaram nas margens, comprimiram a rentabilidade. Em resultado, o EBIT recorrente caiu 24% em termos homólogos e o resultado líquido também desceu face ao mesmo período do ano passado. É a distância entre uma linha de topo em forte crescimento e uma linha de resultados em contração que define o trimestre e explica a cautela do mercado.

O negócio tradicional de correio e serviços continuou pressionado pelo declínio estrutural dos volumes de correio endereçado, parcialmente compensado por aumentos de preços (a equação de sempre deste segmento, em que o preço tenta correr atrás do volume que desaparece). O

Banco CTT foi o elemento mais estável do conjunto, com resultados globalmente em linha com as expectativas e continua a funcionar como um fator de diversificação que suaviza a volatilidade dos negócios postal e de encomendas. A geração de caixa foi mais fraca no trimestre, sobretudo devido a um aumento sazonal do fundo de maneoio, que empurrou a dívida líquida para cima, algo que é, em parte, um efeito de calendário, mas que só os trimestres seguintes confirmarão como temporário.

O segundo trimestre será, por isso, revelador. Deverá ajudar a esclarecer se as pressões de custos observadas no início do ano são temporárias ou estruturais. As recentes alterações ao perímetro de consolidação, na sequência da joint venture de encomendas entre a CTT Express e a DHL Iberia, também podem tornar os números mais difíceis de interpretar nos próximos trimestres, exigindo cuidado na leitura das comparações homólogas. A história de longo prazo do comércio eletrónico e do crescimento dos volumes de encomendas mantém-se intacta e é ela que sustenta o caso de investimento. Porém, nos próximos trimestres, as palavras de ordem serão a recuperação de margens, o controlo de custos e a normalização do fundo de maneoio. Até lá, os CTT continuam a ser um caso de receitas convincentes à espera de que a rentabilidade acompanhe.



Fonte: Bloomberg

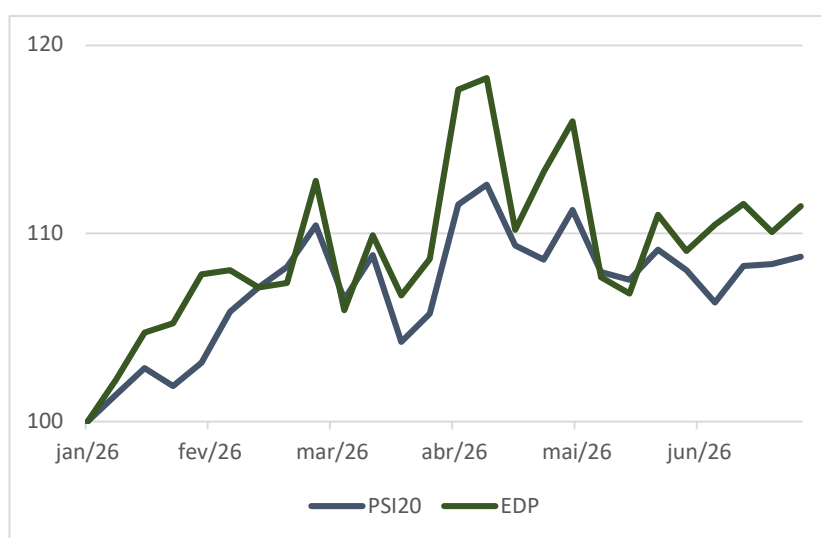
EDP

A EDP entra na segunda metade do ano com uma opção estratégica cujo valor depende, em larga medida, de um tema que ainda está a formar-se: os centros de dados. A empresa está bem posicionada se esse investimento descolar em Portugal, dado o seu papel de operadora histórica e a presença integrada na produção, distribuição e comercialização de energia. É essa integração ao longo de toda a cadeia de valor que a distingue, porque lhe permite participar no tema por várias frentes em simultâneo e não apenas como fornecedora de um serviço isolado. O país, por seu turno, tem muito para oferecer a este tipo de procura: preços de eletricidade competitivos, acesso a energia renovável, conectividade por fibra ótica e uma carteira considerável de projetos potenciais.

As vias pelas quais a EDP poderia capturar o tema são múltiplas e reforçam-se entre si: contratos de fornecimento de energia de longo prazo, produção renovável, investimentos nas redes e

soluções energéticas mais amplas para projetos de centros de dados de grande escala. O projeto Smart Campus, em Sines, onde a EDP deverá atuar como parceira fornecedora de energia nas fases iniciais, dá uma ideia clara da escala potencial e funciona como um primeiro caso concreto daquilo que, para já, é sobretudo uma promessa. A relevância deste tema é que ele combina crescimento de volumes de energia com investimento em redes reguladas, dois vetores que assentam bem no perfil da EDP.

A ressalva, e é uma ressalva de peso, está no calendário. O ritmo de desenvolvimento continua incerto e depende de fatores que estão em grande medida fora do controlo da empresa: as ligações à rede, a existência de capacidade adicional de produção e uma maior clareza regulatória. Por outras palavras, a direção é promissora, mas a materialização e a cadência permanecem por confirmar. É precisamente essa incerteza de timing que separa uma tese estrutural atrativa de um contributo visível para os resultados no curto prazo. Para o segundo semestre, a variável a vigiar é menos o mérito do tema, que nos parece sólido, e mais os sinais concretos de execução: projetos que passem de intenção a contrato e clareza regulatória que permita calendarizar o investimento.



Fonte: Bloomberg

Desempenho do fundo no 1º Semestre de 2026

O nosso fundo registou um desempenho positivo no primeiro semestre de 2026, com uma valorização acumulada de 12,4%, beneficiando sobretudo do bom comportamento de algumas das nossas maiores posições, nomeadamente a Sonae, a NOS e a Galp. A seleção de títulos voltou, assim, a ter um contributo importante num semestre em que o PSI também apresentou uma evolução forte, suportada por resultados operacionais sólidos e por uma melhoria da perceção dos investidores relativamente a várias empresas portuguesas.

A Sonae destacou-se pela continuação da forte execução da Sonae MC, que apresentou um crescimento comparável das vendas de 7,5% no primeiro trimestre, acima das expectativas, ao mesmo tempo que continuou a ganhar quota no retalho alimentar português. A menor pressão de custos permitiu igualmente reforçar a confiança na capacidade de defesa das margens, enquanto a Worten mostrou sinais positivos de recuperação operacional. A NOS, por sua vez, beneficiou da disciplina de custos e das iniciativas de eficiência implementadas nos últimos trimestres, mantendo uma geração de caixa resiliente apesar de um contexto competitivo

exigente. A perceção de que o impacto da entrada da Digi poderá ser mais controlável do que inicialmente receado também contribuiu para uma reavaliação positiva da ação. Por fim, a Galp beneficiou de uma execução operacional sólida no negócio de petróleo e gás, num semestre em que as tensões geopolíticas e a guerra no Médio Oriente deram suporte ao enquadramento do petróleo e reforçaram o valor da sua exposição ao upstream.

Pelo lado negativo, a Jerónimo Martins apresentou um desempenho mais fraco, penalizada sobretudo pelo ambiente deflacionista no retalho alimentar polaco. A queda dos preços dos alimentos pressionou o crescimento das vendas da Biedronka e limitou a recuperação das margens, num contexto em que volumes mais fortes ainda não foram suficientes para compensar a pressão sobre os preços. O impacto no fundo foi, contudo, mitigado pela nossa posição relativamente reduzida na Jerónimo Martins, em contraste com a elevada convicção e maior exposição à Sonae.

Também as construtoras estiveram entre os segmentos de pior desempenho no período. Neste caso, a nossa exposição abaixo da média e inferior ao peso que estas empresas representam no índice permitiu limitar o efeito negativo sobre a rentabilidade global.

No conjunto, o semestre voltou a demonstrar a importância de uma abordagem seletiva, privilegiando empresas com capacidade de execução, geração de caixa e defesa de margens.

1.2 Principais características do fundo

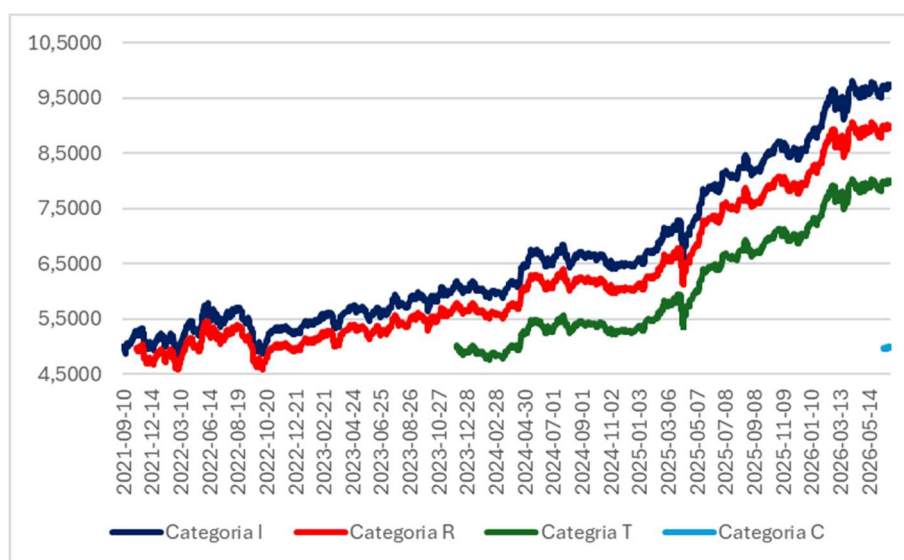
Entidade Gestora	SIXTY DEGREES - SGOIC, S.A. Avenida João Crisóstomo, 30 6º E 1050-127 Lisboa
Data de Início do Fundo	10/09/2021
Tipo de Fundo	Ações
Região de Investimento	Portugal
Política de Rendimentos	Capitalização
Objetivo do Fundo	O objetivo principal do Fundo é o de proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional, norteadas por critérios de diversificação de risco e potencial de valorização a médio e longo prazo. O Fundo é denominado na moeda Euro.

Política de Investimentos	O Fundo investe predominantemente em ações de empresas cotadas na bolsa de Lisboa (Euronext Lisbon) e outros mercados regulamentados de alguns países da União Europeia. O Fundo deverá ter permanentemente um mínimo de 85% do seu valor líquido global investido em ações nacionais, não investindo preferencialmente em nenhum setor de atividade específico. O Fundo poderá recorrer à utilização de instrumentos derivados com o objetivo de cobertura do risco financeiro ou otimização dos parâmetros de investimento (preço, liquidez, outros), desde que tal se deva à detenção de instrumentos derivados cujos ativos subjacentes sejam idênticos aos referidos na política de investimento.
---------------------------	--

1.3 Evolução do fundo

Evolução Histórica

O fundo iniciou a sua atividade a 10 de setembro de 2021 tendo demonstrado, até 30 de junho de 2026, a seguinte evolução das unidades de participação:



Performances, Volatilidades e níveis de Risco desde o início do fundo

Ano / Lançamento	Categoria	Performance	Volatilidade Anualizada ²	ISR ¹
2021	I	2.24%	18.51%	6
	R	-3.32%	18.54%	6
2022	I	2.58%	18.90%	6
	R	2.09%	18.96%	6

2023	I	14.89%	13.33%	4
	R	14.22%	13.32%	4
	T	-2.31%	15.47%	4
2024	I	8.59%	10.66%	3
	R	8.03%	10.64%	3
	T	9.13%	11.73%	3
2025	I	31.95%	11.40%	3
	R	31.27%	11.52%	3
	T	32.62%	11.58%	3
2026 - 1º Semestre	I	12.40%	11.83%	3
	R	12.11%	11.95%	3
	T	12.69%	11.83%	3
	C	12.11%	11.83%	3

¹ A partir do exercício de 2023, o Fundo deixou de calcular o Indicador Sintético de Risco e de Remuneração (ISRR) que mede o risco de variação de preços das unidades de participação do Fundo com base na volatilidade verificada nos últimos 5 anos. Por ser considerado um *Packaged Retail Investment and Insurance-Based Product* (PRIIP) ao abrigo da legislação europeia, o Fundo passou a apresentar o cálculo do Indicador Sumário de Risco (ISR) conforme Regulamento Delegado (EU) 217/653, da Comissão, de 08 de março.

O ISR constitui uma orientação sobre o nível de risco deste produto quando comparado com outros produtos. Mostra a probabilidade de o produto sofrer perdas financeiras, no futuro, em virtude de flutuações dos mercados. Classificamos este produto na categoria 3 numa escala de 1 a 7, que corresponde a uma categoria de risco médio. Este Indicador não inclui os riscos de Rendimento, Operacional, Fiscal, Derivados, Cambial, Liquidez ou outros, que possam afetar o desempenho do Fundo. Este produto não prevê qualquer proteção contra o comportamento futuro do mercado, pelo que poderá perder uma parte ou a totalidade do seu investimento. Sempre que aplicável a alguma Categoria do Fundo, dada a ausência de histórico para aplicar a metodologia de cálculo do Indicador Sumário de Risco (ISR), foi construída uma carteira que replica a performance do índice de ações nacionais (PSI-20).

² Para o período compreendido entre 2021 e 2022, o valor em percentagem da volatilidade subjacente é calculado de acordo com as regras do Indicador Sintético de Risco e de Remuneração (ISRR) para um período histórico de 5 anos. A partir de 2023, o campo em referência é preenchido com o valor da volatilidade subjacente à medida de risco de mercado (MRM) associada ao Indicador Sumário de Risco (ISR) conforme Regulamento Delegado (EU) 217/653, da Comissão, de 08 de março.

Alocação de Ativos – Junho de 2026

Exposição por Classe de Ativos	
Ações	66%
Ações via Futuros de Ações (1)	24.6%
Obrigações	29.3%
Liquidez	4.7%

(1) Valor notional dos derivativos (Futuros sobre o PSI-20)

Exposição Geográfica (inclui Derivados e exclui Liquidez)	
Portugal	76.09%
Alemanha	23.91%

Unidade de Participação

Ano	VLGF	Categoria	Unidades em Circulação	Valor da UP
2021	455.162,30	I	70.000	5,1121
		R	20.130,5779	4.8342
2022	1.362.209,76	I	216.338,6299	5.2436
		R	46.160,8733	4.9351
2023	4.025.647,49	I	620.164,90	6.0205
		R	51.749,88	5.6373
		T	50,00	4.8844
2024	12.337.368,78	I	1.286.039,18	6.5378
		R	136.224,06	6.0902
		T	581.536,68	5.3305
2025	36.269.368,21	I	3.202.864,17	8.6266
		R	413.062,31	7.9946
		T	754.988,08	7.0695
2026	49.388.340,23	I	3.639.944,18	9.6967
		R	470.987,16	8.9630
		T	1.174.624,95	7.9663
		C	103.161,28	4.9814

Custos

Custos	% da comissão
Imputáveis diretamente ao participante	
Comissão de subscrição	Categoria I – 2,00% Categoria R – 2,00% ¹ Categoria T – 5,00% Categoria C – 2,00%
Comissão de reembolso	Categoria I – 0.50% até 90 dias, decorridos sobre a data da subscrição Categoria R – 0.50% até 90 dias, decorridos sobre a data da subscrição Categoria T – Não aplica Categoria C – 0.50% até 90 dias, decorridos sobre a data da subscrição
Imputáveis diretamente ao Fundo	
Comissão de gestão fixa (anual)²	Categoria I – 1,25% Categoria R – 1,75% Categoria T – 0.75% Categoria C – 1,75%
Comissão de depósito (anual)	0,13% ao ano ou 0,12% ao ano se VLGF superior a EUR 20 milhões
Taxa de supervisão (mensal)	0,0012% com mínimo de 100€ e Máximo de 12.500€ (acrescida das majorações que vierem a ser definidas pela CMVM)
Imposto de selo	0.0125%, cobrado trimestralmente sobre o ativo líquido global do OIC
Custos de Auditoria	4.612,50€/ano (Os custos de auditorias exigidas por lei ou regulamento)
Custos de research (anual)	Com Máximo de 0,10% calculados com base no VLGF referente ao fecho do ano anterior.

¹ Esta comissão não se aplica a clientes do canal Banco Best devido à Campanha de promoção que está em vigor até 31/12/2026.

² O Fundo remunera as entidades comercializadoras de acordo com a repartição prevista no ponto 5.1.2 do respetivo prospeto.

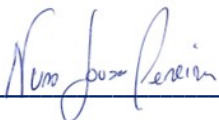
Despesas com apoio jurídico fora da jurisdição portuguesa.	Os custos legais ou judiciais decorrentes de questões relacionadas com os ativos detidos pelo Fundo.
Taxa de Encargos correntes (efetivos)	Categoria I – 0,76% Categoria R – 1,01 % Categoria T – 0,51% Categoria C – 0.15%

Risco e Compliance

No 1º semestre de 2026, e da monitorização diária dos limites de investimento, que decorrem das disposições legais e dos documentos constitutivos, verificados e confirmados com o cálculo do valor líquido global do fundo e da unidade de participação, pela equipa do Compliance com suporte da aplicação informática onde os planos de limites estão parametrizados, não foram detetadas, para o período em referência, quaisquer situações que tivessem colocado em causa a gestão do fundo ou os seus participantes. Todos os incumprimentos, passivos ou ativos, são comunicados de imediato à equipa responsável pela gestão para justificação obrigatória e eventual resolução imediata. As sete situações detetadas foram analisadas tendo sido classificadas como passivas, enquadrando-se dentro das situações previstas no artigo 74º do Regulamento 07/2023. No que respeita ao controlo de risco de liquidez da carteira, tendo em consideração o modelo implementado, de forma a monitorizar a sua capacidade para fazer face a resgates elevados, através da combinação entre a liquidez requerida e a disponível, ou seja, definir a parte do choque de resgate que pode ser gerida através da venda de ativos bem como os custos associados à obtenção dessa liquidez, concluiu-se que a equipa de gestão, tendo por base os testes efetuados sobre a carteira de 30 de junho, consegue gerar a liquidez necessária para cumprir com as responsabilidades do fundo, dentro do ciclo de resgate estabelecido.

Eventos suscetíveis de criar impactos nos mercados financeiros

Os investidores nos fundos da Sixty conhecem bem o nível de preocupação que a Sociedade Gestora tem com a preservação do capital que lhes é confiado para gestão. Numa situação normal de mercado, privilegiamos sempre, sempre a segurança. Ora esta postura é naturalmente reforçada em situações de crise e em especial no enquadramento global em que vivemos, onde alguns acontecimentos políticos e militares acabam por ter impacto no funcionamento dos mercados financeiros. Tal como nos anos anteriores, a Sociedade mantém a sua atenção nos desenvolvimentos e evolução da guerra na Ucrânia e em Gaza, as interrogações sobre por onde podem ir os mercados da energia, e com eles a economia. Estas são algumas das preocupações que as equipas de investimento da Sixty acompanham de perto e em permanência, junto com as variáveis financeiras habituais.



Nuno Sousa Pereira
(Vogal do Conselho de Administração)



Virgílio Garcia
(Vogal do Conselho de Administração)

Lisboa, 21 de agosto de 2026

2 Balanço e Demonstrações Financeiras

2.1 Balanço a 30 de junho de 2026

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL

Valores em Euro

ATIVO							CAPITAL E PASSIVO				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30/06/2026			31/12/2025	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30/06/2025	31/12/2025
			Bruto	+ Valia	- Valia	Líquido					
CARTEIRA DE TÍTULOS							61	Unidades de Participação	1	38 287 428	29 937 685
21	Obrigações	3	14 417 682	59 444	-	14 477 127	62	Variações Patrimoniais	1	58 134	58 134
22	Ações	3	27 119 110	6 304 131	800 025	32 623 217	64	Resultados Transitados	1	6 273 550	927 474
	TOTAL DE CARTEIRA DE TÍTULOS		41 536 792	6 363 576	800 025	47 100 343	65	Resultados Distribuídos	1	-	-
CONTAS DE TERCEIROS							66	Resultado Líquido do Exercício	1	4 769 228	5 346 076
411+...+418	Contas de Devedores	18	1 713	-	-	1 713	67	Dividendos Antecipados das SIM		-	-
	TOTAL DE VALORES A RECEBER		1 713	-	-	1 713		TOTAL DE CAPITAL DO FUNDO		49 388 340	36 269 368
DISPONIBILIDADES							CONTAS DE TERCEIROS				
12	Depósitos a Ordem	3	2 408 738	-	-	2 408 738	423	Comissões a Pagar	18	54 917	41 847
	TOTAL DE DISPONIBILIDADES		2 408 738	-	-	2 408 738	424+...+429	Outras Contas de Credores	18	132 122	156 640
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							43	Empréstimos Obtidos	18	-	-
51	Acréscimos de Proventos	17	10 826	-	-	10 826		TOTAL DE VALORES A PAGAR		187 039	198 486
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	53 759	-	-	53 759		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		64 585	-	-	64 585	55	Acréscimos de Custos	17	-	-
							58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	-	-
								TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		-	-
TOTAL DO ACTIVO			44 011 829	-	6 363 576	- 800 025	-	49 575 380		49 575 380	36 467 855

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rui Filipe Salvaterra Pires

A ADMINISTRAÇÃO

Nuno João Pereira Vinícius Manuel Ramos Garcia

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Valores em Euro

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PERIODOS		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PERIODOS	
		30/06/2026	30/06/2025			30/06/2026	30/06/2025
OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES				OPERAÇÕES CAMBIAIS			
911	À vista	-	-	911	À vista	-	-
935	Futuros	12 154 225	5 382 000	935	Futuros	-	-
TOTAL		12 154 225	5 382 000	TOTAL		-	-
TOTAL DOS DIREITOS		12 154 225	5 382 000	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		-	-
CONTAS DE CONTRAPARTIDA		-		CONTAS DE CONTRAPARTIDA		12 154 225	5 382 000

Rui Filipe Salvaterra Pires

Nuno José Pereira Virgílio Manuel Vazquez Garcia

2.2 Demonstração de Resultados referente ao período findo em 30 de junho de 2026

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Valores em Euro

Custos e Perdas		Período Corrente		Período Anterior	Proveitos e Ganhos		Período Corrente		Período Anterior
Designação	Notas	30/06/2026	30/06/2025		Designação	Notas	30/06/2026	30/06/2025	
CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
Juros e Custos Equiparados					Juros e Proveitos Equiparados				
Da Carteira de Títulos e outros ativos		-	-		Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	11 985	-	
De Operações Correntes	5	193	189		De Operações Correntes		-	-	
Comissões e taxas					Rendimentos de Títulos e Outros Ativos				
Da Carteira de Títulos e outros ativos	5	17 584	8 947		Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	1 158 805	561 450	
Outras, de Operações Correntes	5, 15	290 064	103 690		Outras, de Operações Correntes		-	-	
De Operações Extrapatrimoniais	5	-	-		De Operações Extrapatrimoniais		-	-	
Perdas em Operações Financeiras					Ganhos em Operações Financeiras				
Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	21 079 018	7 832 927		Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	23 903 631	9 749 436	
Em Operações Extrapatrimoniais	5	3 939 673	1 495 263		Em Operações Extrapatrimoniais	5	5 052 969	2 177 270	
Impostos									
Impostos sobre o rendimento	9	-	-						
Impostos Indiretos	9	22 874	8 967						
Provisões do Exercício									
Outros Custos e Perdas Correntes					Outros Proveitos e Perdas Correntes				
Outros Custos e Perdas Correntes	5, 15	20 398	2 220		Outros Proveitos e Perdas Correntes	5	11 641	-	
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES		25 369 803	9 452 204		TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES		30 139 032	12 488 156	
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS		-	-		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS		-	-	
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO		4 769 228	3 035 952		RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO		-	-	
TOTAL		30 139 032	4 100 014		TOTAL		30 139 032	4 100 014	
Resultados da Carteira de Títulos		3 977 820	2 469 012		Resultados Eventuais		-	-	
Resultados das Operações Extrapatrimoniais		1 113 296	682 007		Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento		4 792 102	3 044 919	
Resultados Correntes		4 792 102	3 044 919		Resultados Liquidos do Período		4 769 228	3 035 952	

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa – referente ao período findo em 30 de junho de 2026

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em Euro

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS

De 2026-01-01 a 2026-06-30

De 2025-01-01 a 2025-06-30

OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC

Recebimentos:

Subscrição Unid.Part	11 967 047	6 142 124
Resgate Unid. Part	3 117 303	-
	8 849 744	6 142 124

Fluxo das OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC

8 849 744 6 142 124

OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS

Recebimentos:

Vendas Tít.e Out.Activos	26 933 524	-
Rendim.Tít.e Out.Act	22 750 496	7 166 249
	49 684 020	7 166 249

Pagamentos:

Compra Tít.e Out.Activos	58 747 056	12 576 211
Juros e Cust.Similar	-	-
Outras Comis.e Taxas		
	58 747 056	12 576 211

Fluxo das OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS

(9 063 036) (5 409 962)

OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS

Recebimentos:

Oper. s/Cotações	5 017 494	2 159 688
	5 017 494	2 159 688

Pagamentos:

Oper. s/Cotações	3 939 673	1 495 263
Out.Pag.Op.Prazo	6 615	2 685
	3 946 288	1 497 948

Fluxo das OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS

1 071 206 661 741

OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE

Pagamentos:

Comissão de Gestão	258 723	88 011
Comissão de Depósito	26 283	9 843
Impostos e Taxas	9 655	5 144
Outras despesas	29 263	12 008
	323 925	115 007

Fluxo das OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE

(323 925) (115 007)

Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:

533 989 1 278 895

Efeitos das Diferenças de Cambio:

Disponibilidades no Início do Período:

1 874 749 534 377

Disponibilidades no Fim do Período:

2 408 738 1 813 272

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Rui Filipe Salvaterra Pires

Nuno João Pereira Tereza Maria Vazquez Garcia

3 Divulgações

3.1 Anexos às demonstrações financeiras

Introdução

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei n.º 27/2023 de 28 de abril que aprova o Regime da Gestão de Ativos e do regulamento da CMVM 7/2023, de 29 de dezembro que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2024.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Os juros corridos relativos a títulos adquiridos são registados na rubrica “Juros e custos equiparados”, atendendo a que a periodificação dos juros a receber é efetuada desde o início do período de contagem de juros dos respetivos títulos.

Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição.

Os valores mobiliários em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível valor de mercado, de acordo com as seguintes regras:

Valorização da carteira e da unidade de participação

- a) Os valores das unidades de participação são calculados diariamente nos dias úteis, determinando-se simultaneamente os valores das unidades de participação da Categoria I, da Categoria R, da Categoria T e da Categoria C.

O valor da unidade de participação de cada Categoria é obtido pela divisão do valor líquido global do OIC afeto aos participantes detentores de unidades de participação de cada Categoria, pelo número de unidades de participação em circulação afetas a cada Categoria.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

- b) O valor líquido global do Fundo é apurado de acordo com as seguintes regras:

- i. Os ativos da carteira do Fundo são valorizados diariamente a preços de mercado, de acordo com as regras referidas no ponto seguinte, sendo o momento de referência

dessa valorização as 18 horas para a generalidade dos instrumentos financeiros (valores mobiliários, mercado monetário, ETFs e derivados) e as 22 horas para unidades de participação em Fundos e ações, ETFs e instrumentos financeiros derivados sob ações e/ou índices de ações admitidos à negociação no continente americano. No que respeita à valorização de títulos de dívida se em casos excecionais, motivados designadamente por falhas técnicas, não for possível obter preços às 18h00, será considerado um momento de referência o mais próximo possível a seguir às 18h00 em que seja possível obter os respetivos preços.

- ii. A composição da carteira do Fundo a considerar em cada valorização diária será a que se verificar no momento de referência desse dia para os respetivos ativos, salvo no caso das operações realizadas em mercados estrangeiros, em que poderão ser considerados os valores resultantes de transações efetuadas até ao final do dia anterior;
- iii. Para valorização dos ativos cotados em moeda estrangeira, será considerado o câmbio de divisas divulgadas pelo Banco de Portugal ou por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, no momento de referência de valorização da carteira aplicado aos instrumentos financeiros admitidos à negociação no continente americano;
- iv. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram a importância dos encargos efetivos ou pendentes, até à data da valorização da carteira. Para esse efeito, são considerados os seguintes encargos imputáveis ao Fundo: despesas inerentes às operações de compra e venda de ativos, encargos legais, judiciais e fiscais, a taxa de supervisão, a comissão de gestão, a comissão de depósito, custos de registo, custos emergentes das auditorias exigidas por lei ou regulamento e custos de realização de estudos de investimento (*research*)

Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

a) Valores mobiliários

- i. A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo. Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização. Encontrando-se negociados em mais do que um mercado, o valor a considerar na avaliação dos instrumentos financeiros reflete o preço praticado no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela Sociedade Gestora.
- ii. Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os títulos são considerados como não cotados para efeito de valorização e serão aplicados os seguintes critérios:

A valorização de instrumentos financeiros não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados será efetuada com base no valor médio das ofertas de

compra e venda firmes disponibilizada para o momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo ou, na sua falta, com base no valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas (preços indicativos), caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, nomeadamente tendo em vista a transação do respetivo instrumento financeiro e sejam conhecidos os critérios de composição e ponderação ou no valor médio das ofertas de compra, difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas na alínea anterior. Na impossibilidade de utilização dos critérios anteriores, recorrer-se-á a modelos teóricos, tais como o modelo dos *cash-flows* descontados, EVA models e comparáveis de mercado que sejam considerados adequados pela Sociedade Gestora para as características do ativo a valorizar.

Excetua-se o caso de instrumentos financeiros(ações) em processo de admissão à cotação a um mercado regulamentado, em que se o valor a atribuir pela entidade gestora corresponderá à última cotação conhecida no momento de referência das ações da mesma espécie, emitidas pela mesma entidade e admitidas à cotação, tendo em consideração as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

No caso de valores representativos de dívida e quando a Sociedade Gestora considere que, designadamente por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflita o seu presumível valor de realização ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão no momento de referência. Essa cotação será procurada, alternativamente nas seguintes fontes:

- 1) Em sistemas internacionais de informação de cotações como, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora;
- 2) Junto de entidades especializadas, para determinação da média das ofertas de compra e venda firmes dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção no valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas (preços indicativos), caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, nomeadamente tendo em vista a transação do respetivo instrumento financeiro. Caso não se verifiquem as condições anteriores a avaliação será efetuada tendo por base o valor médio das ofertas de compra, difundidas através de entidades especializadas;

Para os efeitos estabelecidos nos anteriores 1) e 2) apenas são elegíveis:

- a) As ofertas de compra firmes de entidades que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão;
 - b) As médias que não incluam valores resultantes de ofertas das entidades referidas na alínea anterior ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- 3) Através de fórmulas de valorização baseadas em modelos teóricos de avaliação de obrigações, onde os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título são descontados a uma taxa de juro que reflita o risco associado a esse

investimento específico, recorrendo-se ainda à comparação direta com títulos semelhantes para aferir da validade da valorização.

b) Instrumentos do mercado monetário

Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:

- i. Os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
- ii. A detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
- iii. Se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.

c) Instrumentos derivados

- i. Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á o último preço divulgado pelos respetivos mercados no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo, i.e. o *settlement price* corresponde ao dia da valorização;
- ii. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela Sociedade Gestora utilizar-se-á, alternativamente, uma das seguintes fontes:
 1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo das ofertas de compra e venda difundidas por um *market-maker* da escolha da Sociedade Gestora;
 2. Fórmulas de valorização que se baseiem nos modelos teóricos usualmente utilizados que, no entender da Sociedade Gestora sejam consideradas mais adequadas às características do instrumento a valorizar. Estes modelos traduzem-se no cálculo do valor atual das posições em carteira através da atualização dos *cash-flows* a receber no futuro, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

Comissão de subscrição

O OIC cobra uma comissão de subscrição, no momento em que se subscrevem as unidades de participação do fundo de investimento. O seu montante é, assim, adicionado ao valor das unidades de participação para se apurar o montante a pagar pelo subscritor, podendo ser cobrada uma comissão de 2% para subscrições de unidades de participação das Categorias I, R e C e de 5% para subscrições de unidades de participação da Categoria T, revertendo a favor da sociedade gestora. As subscrições efetuadas na categoria R, para clientes do canal Banco BEST, estão isentas de comissão até 31 de dezembro de 2023.

Comissão de reembolso

O OIC poderá cobrar uma comissão de resgate de acordo as seguintes condições;

- Nas categorias I, R e C uma comissão de resgate de 0.50% até 90 dias, decorridos sobre a data da subscrição. A comissão de resgate será cobrada em função da salvaguarda do interesse dos demais participantes no OIC, revertendo a favor da Sociedade. Após o período de 90 dias, não será cobrada qualquer comissão de resgate no momento do reembolso do investimento.
- Na categoria T, independentemente do período de permanência, não é aplica qualquer comissão de resgate/reembolso

Comissão de gestão

Valor da comissão:

A comissão de gestão é fixa aplicando-se a cada uma das categorias os seguintes valores:

Categoria I

- i. A comissão de gestão é de 1,25% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora.

Categoria R

- ii. A comissão de gestão é de 1,75% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora

Categoria T

- iii. A comissão de gestão é de 0,75% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora

Categoria C

- iv. A comissão de gestão é de 1,75% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora

Modo de cálculo da comissão:

A comissão é calculada diariamente sobre o valor global do Fundo, subjacente a cada categoria tratando-se de uma taxa nominal.

Condições de cobrança da comissão:

A comissão é cobrada mensalmente e postecipadamente até ao 5 dia útil do mês seguinte.

Comissão de Depósito

Valor da comissão:

A comissão de depositário é de 0,13% anual, passando a 0,12% anual se o valor líquido global do fundo for superior a 20 Milhões de euros.

Modo de cálculo da comissão:

A comissão é calculada diariamente sobre o valor global do Fundo, tratando-se de uma taxa nominal.

Condições de cobrança da comissão:

A comissão de depositário é cobrada mensal e postecipadamente até ao final do mês seguinte.

Custos de realização de estudos de investimento (*research*)

Constituem encargos do OIC os custos de realização de estudos de investimento (*research*). Para este efeito apenas serão encargos do OIC os custos que correspondam a serviços efetivamente prestados ao OIC.

A Sixty Degrees estabeleceu internamente um sistema de verificação das necessidades, dos fundos por si geridos, de contratação de serviços para a realização de estudos de investimento.

Estes custos encontram-se refletidos na taxa de encargos correntes, com um máximo de 0.10%/ano, calculados com base no VLGF referente ao fecho do ano.

Os participantes poderão obter informações adicionais respeitantes ao orçamento para custos com a realização de estudos de investimento junto da Sixty Degrees.

O relatório e contas anual inclui informação quantitativa sobre os custos de realização de estudos de investimento.

Outros encargos

Para além das comissões de gestão e de depositário o Fundo suporta os seguintes encargos calculados diariamente:

- a) Os encargos fiscais que lhes sejam imputáveis.
- b) As despesas relativas à compra e à venda dos valores do seu património e relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros a prazo, empréstimos e reportes, incluindo-se nestas despesas as taxas de bolsa e de corretagem.
- c) A taxa de supervisão de 0,0012% paga à CMVM, que incide sobre o valor líquido global, no último dia de cada mês, de cada um dos OIC geridos pela mesma, não podendo a coleta ser inferior a € 100 nem superior a € 12 500, majorada de acordo com a Portaria n.º 342-A/2016, de 29 de dezembro, e artigo 35.º dos Estatutos da Autoridade da Concorrência (AdC), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto.
- d) Os custos emergentes das auditorias exigidas por lei ou regulamento.
- e) Os custos legais ou judiciais decorrentes de questões relacionadas com os ativos detidos pelo Fundo.
- f) Custos relativos à emissão de código LEI e documentos de circularização solicitados ao Banco Depositário do fundo para efeitos de encerramento de contas.

O Fundo não suportará encargos relativos a quaisquer outras remunerações de consultores da Sociedade Gestora ou de sub-depositários.

Regime Fiscal

O enquadramento abaixo apresentado não dispensa a consulta da legislação em vigor a cada momento, nem constitui garantia da sua não alteração até à data do resgate/reembolso. O enquadramento aqui expresso não obriga as autoridades fiscais ou judiciárias e não garante que essas entidades não possam adotar posições contrárias.

O regime fiscal que a seguir se descreve respeita ao regime fiscal em vigor na data de apresentação do presente relatório e assenta na interpretação da SIXTY DEGREES SGOIC sobre o mesmo.

IRC

O regime, aplicável aos organismos de investimento coletivo (Decreto-Lei nº 7/2015 de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos à “Saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC é tributado, à taxa geral de IRC, sobre o seu lucro tributável, o qual corresponde ao resultado líquido do exercício, deduzido dos rendimentos (e gastos) de capitais, prediais e mais-valias obtidas, bem como dos rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam a seu favor.

Imposto do Selo

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do OIC, à taxa de 0,0125%.

Tributação dos rendimentos obtidos pelos participantes

A tributação, ao abrigo do novo regime, incide apenas sobre a parte dos rendimentos gerados a partir de 1 de julho de 2015. Assim, a valia apurada no resgate ou transmissão onerosa das unidades de participação é dada pela diferença entre o valor de realização e o valor de mercado das unidades de participação a 30 de junho de 2015 ou, se superior, o valor de aquisição das mesmas.

A) Pessoas singulares

a) Residentes (i.e., titulares de unidades de participação ou participações sociais residentes em território português)

- i. Rendimentos obtidos fora do âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola

Os rendimentos distribuídos pelo OIC e os rendimentos obtidos com o resgate de unidades de participação e que consistam numa mais-valia estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa liberatória de 28%, podendo o participante optar pelo seu englobamento.

Os rendimentos obtidos com a transmissão onerosa de unidades de participação estão sujeitos a tributação autónoma, à taxa de 28%, sobre a diferença positiva entre as mais e as menos valias do período de tributação.

- ii. Rendimentos obtidos no âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola

Os rendimentos distribuídos pelo OIC estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa liberatória de 28%, tendo a retenção na fonte a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final.

Os rendimentos obtidos com o resgate e com a transmissão onerosa de unidades de participação concorrem para o lucro tributável, aplicando-se as regras gerais dos Códigos de IRC e de IRS.

b) Não residentes

Os rendimentos obtidos estão isentos de IRS.

Quando os titulares, pessoas singulares, sejam residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, os rendimentos decorrentes das UP são sujeitos a tributação, por retenção na fonte, à taxa de 35% no caso dos rendimentos de capitais e à taxa de 28% no caso dos rendimentos obtidos com as operações de resgate das UP, ou via tributação autónoma, à taxa de 28%, no caso de rendimentos decorrentes da transmissão onerosa da UP.

B) Pessoas coletivas

a) Residentes

Os rendimentos distribuídos pelo OIC estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa de 25%, tendo o imposto retido a natureza de imposto por conta.

Por outro lado, os rendimentos obtidos com o resgate ou a transmissão onerosa das unidades de participação concorrem para o apuramento do lucro tributável, nos termos do Código do IRC.

Os rendimentos obtidos por pessoas coletivas isentas de IRC estão isentos de IRC, exceto quando auferidos por pessoas coletivas que beneficiem de isenção parcial e respeitem a rendimentos de capitais, caso em que os rendimentos distribuídos são sujeitos a retenção na fonte, com carácter definitivo, à taxa de 25%.

b) Não residentes

Os rendimentos obtidos com as unidades de participação são isentos de IRC.

No caso de titulares pessoas coletivas residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, os rendimentos decorrentes das UP estão sujeitos a tributação à taxa de 35%, por retenção na fonte, no caso dos rendimentos distribuídos, ou tributação autónoma à taxa de 25%, no caso de rendimentos auferidos com o resgate ou com a transmissão onerosa da UP.

No caso de titulares pessoas coletivas residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável ou detidos, direta ou indiretamente, em mais de 25% por entidades ou pessoas singulares residentes em território português, os rendimentos decorrentes das unidades de participação estão sujeitos a tributação à taxa de 25%, por retenção na fonte.

Tributação em sede de imposto de selo

Estão sujeitas, desde janeiro de 2019, a imposto de selo à taxa de 4%:

- a) As comissões de gestão e de depósito suportadas pelo OIC;
- b) As comissões de subscrição e resgate suportadas pelos Participantes.
- c) Custos de Research

Nota 1 – Capital do Fundo

O património do OIC é representado por valores mobiliários que representam direitos de conteúdo idêntico, sem valor nominal, a uma fração daquele património que se designam unidades de participação.

As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural, sendo admitido o seu fracionamento para efeitos de subscrição, resgate ou reembolso.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante o período de referência, findo a 30 de junho de 2026, apresenta o seguinte detalhe:

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL						(em euro)
Descrição	No início	Subscrições	Resgates	Outros	Resultados do Exercício	No fim
Valor Base	29 937 685	11 467 047	3 117 303	-	-	38 287 428
Diferença p/Valor Base	58 134	-	-	-	-	58 134
Resultados Acumulados	927 474	-	-	-	5 346 076	6 273 550
Resultados do Período	5 346 076	-	-	(5 346 076)	4 769 228	4 769 228
Soma	36 269 368	11 467 047	3 117 303	(5 346 076)	10 115 304	49 388 340

A evolução do valor do Fundo durante o período de referência, findo a 30 de junho de 2026 foi o seguinte:

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL- Categoria I				(em euro)
	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação	
Ano 2026				
Jan	29 293 857,55	8,9901	3 258 452,62	
Fev	31 917 532,14	9,6418	3 310 328,99	
Mar	31 861 687,19	9,4750	3 362 719,21	
Abr	34 565 583,09	9,6891	3 567 484,77	
Mai	34 132 948,18	9,6602	3 533 346,06	
Jun	35 295 536,17	9,6967	3 639 944,18	

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL- Categoria R				(em euro)
	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação	
Ano 2026				
Jan	3 440 275,24	8,3279	413 101,08	
Fev	3 693 842,36	8,9281	413 730,17	
Mar	3 640 173,75	8,7696	415 088,97	
Abr	3 721 093,01	8,9640	415 116,87	
Mai	4 206 363,86	8,9332	470 870,18	
Jun	4 221 461,92	8,9630	470 987,16	

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL- Categoria T				(em euro)
	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação	
Ano 2026				
Jan	6 981 257,60	7,3704	947 198,91	
Fev	7 490 565,24	7,9077	947 254,39	
Mar	8 373 096,09	7,7743	1 077 026,29	
Abr	7 829 514,98	7,9532	984 446,29	
Mai	8 313 745,90	7,9330	1 047 991,42	
Jun	9 357 456,73	7,9663	1 174 624,95	

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação
Ano 2026			
Jun	513 885,41	4,9814	103 161,28

Nota 2 – Transações de valores Mobiliários no período

Para o período de referência findo a 30 de junho de 2026, as transações de valores mobiliários efetuadas pelo Fundo apresentaram a seguinte composição:

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL	(em euro)			
	Compras (1)	Vendas (2)	Amortizações(3)	Total (1)+(2)+(3)
	Mercado	Mercado		Mercado
Obrigações	7 144 904	492 561	25 380 000	7 637 465
Acções	7 436 376	1 532 413		8 968 789
Contrato de Futuros	4 328 746	2 447 163		6 775 909

Para o período de referência findo a 30 de junho de 2026, não foi cobrada qualquer comissão de subscrição e resgate.

	Valor	Comissoes Cobradas
Subscrições	11 467 047	-
Resgates	3 117 303	-

Nota 3 – Carteira de Títulos e Disponibilidades

O detalhe da carteira de títulos, a 30 de junho de 2026 é apresentado como se segue:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA em 30 de junho de 2026

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL	(Valores em Euro)					
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
Mercado de Bolsa Nacional						
Acções						
Altri, SGPS, S.A.	1 325 065,98		-52 298,73	1 272 767,25		1 272 767
Banco Comercial Portugues - PTBCPOAM0015	2 604 071,92	1 973 572,66		4 577 644,58		4 577 645
Corticeira Amorim-SGPS - PTCORDAE0006	1 188 021,77		-232 243,91	955 777,86		955 778
CTT - Correios de Portugal SA - PTCTT0AM0001	1 672 151,00		-72 523,29	1 599 627,71		1 599 628
EDP Energias de Portugal SA - PTEDPOAM0009	1 503 762,07	288 013,62		1 791 775,69		1 791 776
EDP Renováveis SA - ES0127797019	1 222 232,94	406 169,29		1 628 402,23		1 628 402
GALP Energia SGPS SA-B Shrs-PTGALDAM0009	3 821 391,78	450 755,72		4 272 147,50		4 272 148
Ibersol - SGPS, S.A.	1 465 955,18	210 140,52		1 676 095,70		1 676 096
Impresa SGPS	24 921,81	11 239,49		36 161,30		36 161
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	2 442 684,76		-378 925,40	2 063 759,36		2 063 759
Mota Engil - SGPS SA	1 292 071,75	199 941,85		1 492 013,60		1 492 014
NOS, SGPS, SA - PTZON0AM0006	2 424 098,58	693 595,39		3 117 693,97		3 117 694
NovaBase - SGPS, SA	209 574,82	10 110,38		219 685,20		219 685
REN - Redes Energéticas Nacionais SA - PTRELDAM0008	1 633 165,25	521 465,08		2 154 630,33		2 154 630
Semapa - S. Inv.Gestão-SGPS,S.A. (nom)	435 887,49	82 757,21		518 644,70		518 645
Sonae - SGPS	2 479 324,46	1 455 769,04		3 935 093,50		3 935 094
Teixeira Duarte SA	100 145,86	264,16		100 410,02		100 410
THE NAVIGATOR COMP-PTPTI0AM0006	1 112 876,24		-60 435,68	1 052 440,56		1 052 441
VAA Vista Alegre	148 750,97	9 694,65		158 445,62		158 446
Sub-Total:	27 106 154,63	6 313 489,06	-796 427,01	32 623 216,68		32 623 217

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

R. Reis



Títulos de Dívida Pública					
BUBILL 0 07/15/26 Corp	3 687 864,00	9 176,00	3 697 040,00	3 697 040	
BUBILL 0 08/19/26 Corp	3 287 198,29	3 165,71	3 290 364,00	3 290 364	
DBR 0 11/15/27 Corp	4 807 546,00	27 704,00	4 835 250,00	4 835 250	
PPG Float 07/18/31 Corp	1 000 000,00	13 680,00	1 013 680,00	10 826	1 024 506
Sub-Total:	12 782 608,29	53 725,71	12 836 334,00	10 825,92	12 847 159,92
Papel Comercial					
GVOLT ESCP 0 07/16/26	445 607,06	3 620,55	449 227,61		449 228
GVOLT ESCP 0 08/06/26	197 876,13	1 269,70	199 145,83		199 146
PPGZGWDI M-Mkt	492 560,98	170,03	492 731,01		492 731
RNM – Produtos Químicos S.A. 05ª Emissão – 3.500.000 EUR – 28 d	499 029,67	658,44	499 688,11		499 688
Sub-Total:	1 635 073,84	5 718,72	1 640 792,56		1 640 792,56
Total	41 523 837	6 372 933	-796 427	47 100 343	10 826 47 111 169

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, durante o período em referência foi o seguinte:

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL

(em euro)

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Depósitos à ordem	1 874 749	63 620 369	63 086 380	2 408 738

A 30 de junho de 2026, os depósitos à ordem encontravam-se domiciliados na Caixa Geral de Depósitos com um valor total de 2.408.738 euros.

Nota 4 – Critérios de valorização dos ativos

Para valorização dos ativos integrantes da carteira, foram utilizados os critérios de valorização mencionados no ponto acima, denominado “Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP”.

Nota 5 – Resultados Obtidos

Os resultados obtidos pelo Fundo, no período em referência findo a 30 de junho 2026, são compostos pelas seguintes rubricas:

1º QUADRO - COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO - PROVEITOS

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL

(Valores em Euro)

Natureza	GANHOS DE CAPITAL			GANHOS COM CARÁCTER DE JURO			
	Mais Valias potenciais	Mais Valias efectivas	Soma	Juros vencidos	Juros corridos	Rendimento de títulos	Soma
Operações à Vista							
Acções	23 675 044	25 603	23 700 647	-	-	1 158 805	1 158 805
Obrigações	202 914	70	202 984	-	11 985	-	11 985
Operações a Prazo							
Cotações							
Futuros	5 052 969	-	5 052 969				
Outros Proveitos	11 641	-	11 641				

2º QUADRO - COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO - CUSTOS

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL

(Valores em Euro)

Natureza	PERDAS DE CAPITAL			JUROS E COMISSÕES SUPOSTADOS		
	Menos Valias potenciais	Menos Valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros corridos	Soma
Operações à Vista						
Acções	20 988 818	1 529	20 990 348	-	-	-
Obrigações	88 670	-	88 670	-	-	-
Outros Ativos	-	-	-	193	-	193
Operações a Prazo						
Cotações						
Futuros	3 939 673		3 939 673			
Comissões						
De Gestão				260 319		260 319
De Depósito				26 515		26 515
De Carteira Títulos				17 584		17 584
Taxa de Supervisão				3 230		3 230
Outras Operações				20 398		20 398

Nota 9 – Impostos e taxas

Durante o período em referência, findo a 30 de junho de 2026, foram cobrados os impostos que se seguem:

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXIVEL-IC

(em euro)

Conta	Descrição	30/06/2026	30/06/2025
		Saldo	Saldo
74122	Imposto de selo	22 874	8 967

Nota 15 – Encargos Imputados ao Fundo

De acordo com o artigo 12º do regulamento da CMVM 7/2023, os encargos correntes imputados ao Fundo, durante o período em referência, findo a 30 de junho de 2026, apresentam o seguinte detalhe:

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL

(Valores em EUR)

Custos	30/06/2026		30/06/2025	
	Valor	%VLGF	Valor	%VLGF
Valorização Média	43 940 773		15 958 981	
Banco Deposit.	26 515	0,06%	10 308	0,06%
Comissão Gestão	260 319	0,59%	92 172	0,58%
Tx. Supervisão	3 230	0,01%	1 210	0,01%
Custos de Auditoria	2 274	0,01%	2 220	0,01%
Outros Custos	29 459	0,07%	8 967	0,06%
TOTAL	321 797		114 877	
TAXA GLOBAL DE CUSTOS (TGC)		0,73%		0,72%

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

R. Pires



40

A afetação dos encargos correntes, por categoria, para o período em referência apresenta o seguinte detalhe:

Categoria I			Categoria R		
30/06/2026			30/06/2026		
Custos	Valor	%VLGF	Custos	Valor	%VLGF
Valorização Média	32 033 310		Valorização Média	3 720 182	
Banco Depositário	19 329	0,06%	Banco Depositário	2 245	0,06%
Comissão de Gestão	198 818	0,62%	Comissão de Gestão	32 326	0,87%
TX Supervisão	2 368	0,01%	TX Supervisão	276	0,01%
Custos de Autidtoria	1 668	0,01%	Custos de Autidtoria	194	0,01%
Outros Custos	21 601	0,07%	Outros Custos	2 513	0,07%
Total	243 784		Total	37 553	
Taxa de encargos correntes		0,76%	Taxa de encargos correntes		1,01%

Categoria T			Categoria C		
30/06/2026			30/06/2026		
Custos	Valor	%VLGF	Custos	Valor	%VLGF
Valorização Média	7 742 943		Valorização Média	444 337	
Banco Depositário	4 672	0,06%	Banco Depositário	268	0,06%
Comissão de Gestão	28 834	0,37%	Comissão de Gestão	341	0,08%
TX Supervisão	581	0,01%	TX Supervisão	6	0,00%
Custos de Autidtoria	409	0,01%	Custos de Autidtoria	4	0,00%
Outros Custos	5 295	0,07%	Outros Custos	51	0,01%
Total	39 791		Total	670	
Taxa de encargos correntes		0,51%	Taxa de encargos correntes		0,15%

Nota 16 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As contas do fecho do semestre são comparáveis com as contas relativas ao período homólogo, junho de 2025.

Nota 17 – Acréscimos e Diferimentos

Em 30 de junho de 2026, esta rubrica apresentava os seguintes valores:

Acréscimos de Proveitos (em euro)			Acréscimos de Custos (em euro)		
Saldo			Saldo		
Descrição	30/06/2026	31/12/2025	Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Juros de Obrigações	10 826	10 693	Outros	-	-
Outros	53 759	-			
Total	64 585	10 693	Total	-	-

Nota 18 – Contas de Terceiros

A 30 de junho de 2026, as contas de terceiros apresentavam os seguintes valores:

Devedores (em euro)			Credores (em euro)		
Saldo			Saldo		
Descrição	30/06/2026	31/12/2025	Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Operações de mercado	-	533 005	Operações de mercado	-	135 931
Estado e outros entes públicos	960	960	Entidade Gestora (Sixty Degrees)	49 328	37 320
Outros devedores	754	754	Entidade Depositária (CGD)	4 987	3 695
			Autoridade de Supervisão (CMVM)	602	832
			Estado e outros entes públicos	5 924	4 178
			Outros credores	126 199	16 530
Total	1 713	534 719	Total	187 039	198 486

O Contabilista Certificado

A Administração

Rui Filipe Salvaterra Pires

António José Pereira Vinícius Manuel Ramos Garcia

Lisboa 21 de agosto de 2026

4 Certificação das Contas

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** (SIXTY DEGREES AP), gerido pela SIXTY DEGREES – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A. (Sociedade Gestora), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 49.575.380 euros e um total de capital do Fundo de 49.388.340 euros, incluindo um resultado líquido de 4.769.228 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** em 30 de junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do SIXTY DEGREES AP e da Sociedade Gestora nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização da carteira de títulos	
A carteira de títulos corresponde a cerca de 95% do ativo conforme a nota 3 do anexo às demonstrações financeiras à data de 30 de junho de 2026. Os ativos da carteira do Fundo são valorizados diariamente a preços de mercado de acordo com a alínea a) n.º i. das Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP que se encontram na Introdução do anexo às demonstrações financeiras e no Relatório de Gestão. Dada a volatilidade dos preços de mercado consideramos esta matéria como uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos.	Entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos: • Teste ao controlo interno do Fundo, nomeadamente ao processo de valorização da carteira; • Recalculo do valor de mercado dos títulos em carteira com recurso a fontes oficiais e comparação com os valores apurados pelo Fundo; • Avaliação sobre a adequacidade das divulgações de acordo com o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão da Sociedade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos monetários do SIXTY DEGREES AP de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para Fundos de investimento mobiliário;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do SIXTY DEGREES AP de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA

detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do SIXTY DEGREES AP;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do SIXTY DEGREES AP para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o SIXTY DEGREES AP descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia, nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o SIXTY DEGREES AP, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de agosto de 2026



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.

Representada por Jaime de Macedo Santos Bastos
Registado na OROC nº 599 e na CMVM n.º 20160252